

Cursos de Letras: a quantas andam?

Shirlei Alexandra da Cunha ¹

RESUMO

No intuito de estudarmos a formação de professores de Letras e em especial a formação dos profissionais que formarão os futuros egressos nos cursos de Letras faz-se necessário traçarmos um panorama dessa graduação no Brasil dentro da atual conjuntura que a Educação brasileira e as universidades públicas, foco desta pesquisa, atravessam. Nesse contexto, o estudo se vale da pesquisa documental a partir de dados coletados na Sinopse de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira para analisar e refletir sobre os rumos que os cursos de formação inicial de professores de Letras tomam dentro dos contornos da atual conjuntura política brasileira, principalmente com o advento da Base Nacional Comum Curricular.

Palavras-chave: Letras, BNCC, formação inicial de professores, língua portuguesa.

INTRODUÇÃO

A fim de ampliar os estudos sobre a formação de professores para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio no contexto atual esse estudo tem como marco temporal a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sancionada em 2018. A partir das demandas trazidas pelo documento é possível estabelecer um paralelo entre a formação que temos com a formação que os documentos esperam que o futuro egresso tenha. Nosso olhar está centrado em analisar a situação dos cursos de graduação em Letras, com habilitação em língua portuguesa, quanto ao uso das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) para fins didáticos como parte da pesquisa de CUNHA (2020).

Buscamos, então, analisar com ajuda de GATTI (2010), (2017), (2019), GERALDI (2015), CARVALHO (2008) quais são os desafios enfrentados pelos cursos de formação em Letras em um período de intensos ataques aos cursos de humanas e em especial às universidades públicas. Entre os desafios destacamos descontinuidade das políticas públicas de formação como um dos maiores entraves e apontamos alguns possíveis caminhos para a construção de projeto orgânico e nacional de formação de professores.

¹ Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal de São Paulo - SP, fessorinhahi@hotmail.com;

METODOLOGIA

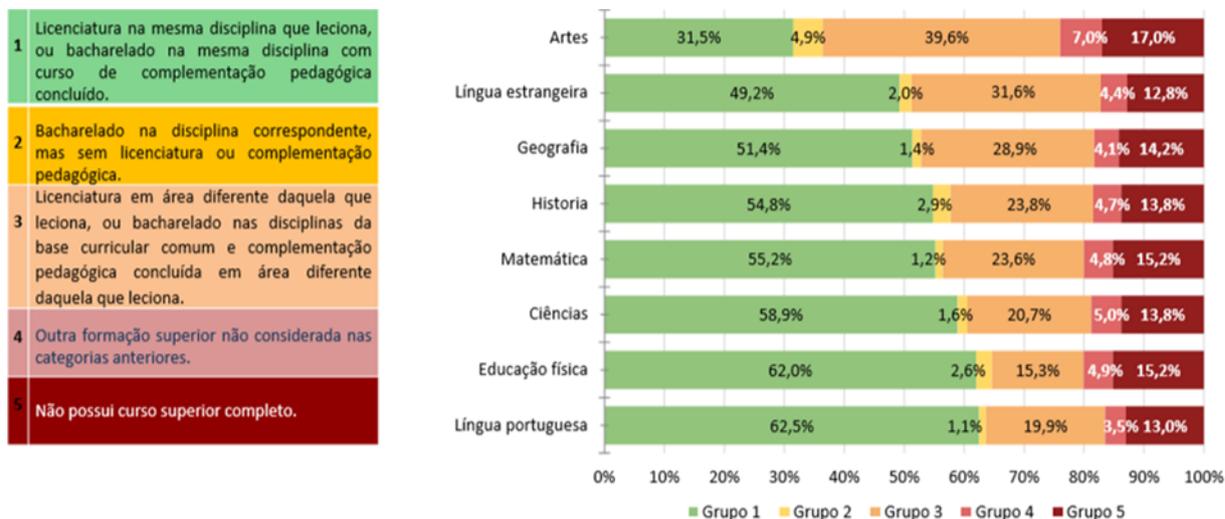
A metodologia utilizada para estabelecer o paralelo entre o que está posto e o que deve vir a ser foi a pesquisa documental. Nesse processo os materiais selecionados foram a legislação que trata da formação de professores para o uso das TDIC, CNE/CP 2/2015, além da BNCC e de dados coletados no documento Sinopse da Estatística do Ensino Superior 2017 elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Segundo GIL (2000), o uso de documentos por não apresentarem nenhum tratamento anterior apresentam inúmeras vantagens: fonte rica estável de dados, custo relativamente baixo, facilidade de acesso a eles e trazem como outro aspecto positivo a não obrigatoriedade do contato com os sujeitos.

Resultados e discussões

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2017, o número de matrículas nos cursos superiores de formação de professor de língua/literatura vernácula (português), no Brasil, foi de 78.912. Este é o sexto curso de licenciatura mais procurado do país, em primeiro lugar está o curso de Pedagogia seguido pela formação de professores em Educação Física com 710.855 e 185.792 matrículas respectivamente. Em comparação às matrículas realizadas nos cursos de bacharelado, a licenciatura em Pedagogia só está atrás do curso de Direito com 879.234 matrículas no ano supracitado.

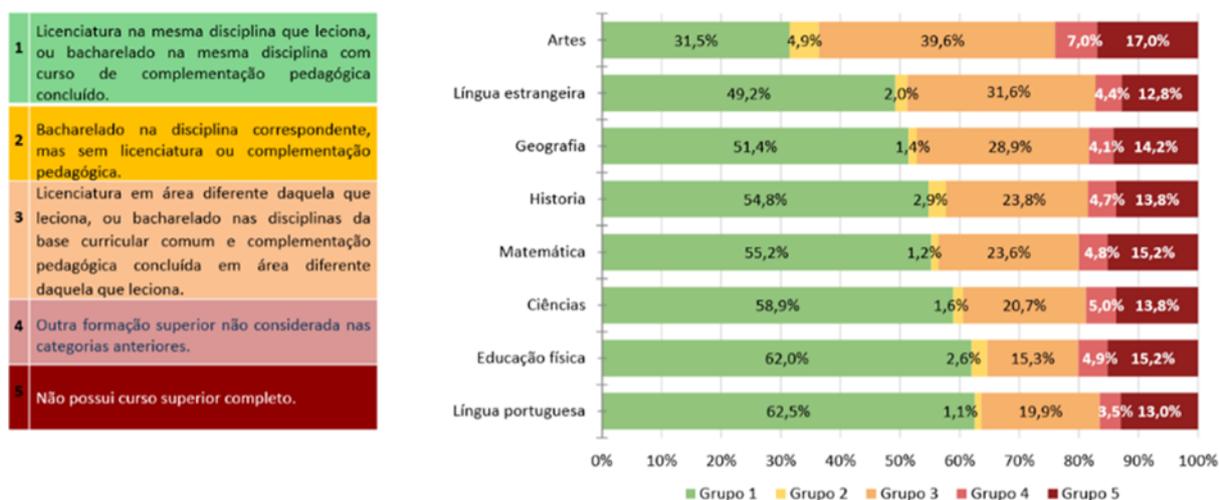
A procura pelos cursos de licenciatura e a demanda por profissionais adequadamente formados em cursos de licenciatura específicas são grandes no país. Entre os anos de 2007-2017, o número de estudantes cresceu 49,7%, no entanto, a Educação Básica continua carente de profissionais formados na sua área de atuação como observamos na figura a seguir:

Figura 1 - Distribuição Percentual dos Docentes Efetivos que atuam no Ensino Fundamental Anos Finais, por Disciplinas e Categorias do Indicador de Adequação da Formação Docente - 2017



Fonte: INEP, 2017.

Figura 2 - Distribuição Percentual dos Docentes Efetivos que atuam no Ensino Médio, por Disciplinas e Categorias do Indicador de Adequação da Formação Docente - 2017



Fonte: INEP, 2017

A despeito de uma demanda considerável sendo suprida nos anos iniciais, a insuficiência de professores especialistas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio externa a falta de atratividade da carreira como explica a pesquisadora Gatti:

[...] as licenciaturas não suprem as necessidades das redes escolares em quantidade de licenciados, com diferenciais entre as áreas do conhecimento, o que leva a se ter professores improvisados em várias dessas áreas por falta de licenciados na disciplina; há grande evasão nos cursos de graduação — licenciatura, o que leva a considerar, embora

não só, questões ligadas aos cursos e suas dinâmicas pedagógicas, e a questão de valorização desse curso nas instituições de ensino superior, bem como a atratividade da carreira; (GATTI, 2017, p. 730-31).

A partir da análise entre a quantidade de matrículas e número de concluintes, percebemos que a evasão nos cursos de graduação em Letras (língua portuguesa) do estado de São Paulo, tanto na modalidade presencial quanto à distância é também reflexo do desencanto com a carreira. Essa é uma realidade que evidencia tanto as adversidades que envolvem pedagogicamente os cursos, quanto situações mais complexas, como as de conjuntura socioeconômicas do país e financeiras dos próprios graduandos e que se sobrepõem aos objetivos deles em concluir o curso ou das instituições de ensino superior em buscar meios de manter os estudantes até o final da licenciatura.

A partir do quadro a seguir podemos observar o problema da evasão e levantar outras considerações:

Quadro 1 – Dados Gerais dos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância em Letras por categoria administrativa dos IES no Estado de São Paulo - 2017

Número de Instituições que oferecem o Curso			Número de Cursos			Matrículas			Concluintes		
Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
133	14	119	220	61	159	28.012	7.811	20.201	5.523	1.802	3.721

Fonte: INEP, 2017.

O número de instituições privadas que oferecem o curso supera em muito as instituições públicas. Essa é uma característica comum à maioria dos cursos de licenciatura. O total de matrículas da Quadro 2 considera a somatória das vagas preenchidas tanto em cursos de modalidade presencial quanto em cursos cuja modalidade é ofertada à distância, sendo que as instituições privadas são as maiores provedoras dos cursos de Letras nessa última modalidade de ensino. Além disso, o número de matrículas nas instituições privadas supera em 258,62% o número das instituições públicas. No entanto, ao nos debruçarmos sobre a quantidade de ingressos e a quantidade de concluintes podemos notar que somente 18,2% terminam o curso nas graduações privadas contra 23,07% das públicas constatando que a evasão é desafio real a ser superado em ambos os sistemas educacionais. Contudo, apesar de o número de matrículas ser discrepante pela quantidade de vagas ofertadas entre os cursos das duas categorias

administrativas, as instituições públicas conseguem manter e formar mais estudantes, proporcionalmente, nos cursos de Letras no Estado de São Paulo que as instituições privadas. Nesse aspecto, o acesso e a permanência dos graduandos foram alavancados por programas de apoio aos estudantes.

Três programas que embora não sendo voltados exclusivamente às licenciaturas, mas tiveram sobre este algum impacto propiciando aumento de vagas, influenciando no acesso ao ensino superior, ajudando na permanência dos alunos nos cursos e trazendo apoio financeiro por concessão de bolsas ou empréstimos, merecem ser lembrados: o Reuni², o Prouni³ e o Fies⁴. (GATTI, 2019, p. 56).

Embora o número de vagas nos cursos de Letras das universidades públicas tenha sido ampliado pelas políticas públicas e seus programas de democratização de acesso ao ensino superior, esses programas ainda não são suficientes para dar conta do esvaziamento dos cursos, mas são importantes contribuições para a manutenção dos graduandos neles. Gatti (2019) aponta que em grande parte as evasões acontecem por motivos financeiros, seguidos por dificuldades de aprendizagem, dificuldades em conciliar estudos com emprego e família, e a desvalorização da profissão.

Do ponto de vista da formação inicial de professores de Letras nas universidades do estado de São Paulo – com foco nas universidades públicas – este é o cenário com o qual nos deparamos. Embora haja muitos estudos sendo desenvolvidos para se reverter tal quadro, passamos por um período histórico em que a Educação tem sofrido constantes ataques, em que programas de auxílio aos estudantes estão sendo reformulados afetando a continuação de inúmeras pesquisas nas universidades públicas.

O pesquisador e professor emérito Demerval Saviani, em entrevista, diz que o atual momento político se explica a partir de um duplo componente: um de caráter global, calcado na crise estrutural do capitalismo e outro se relaciona especificamente com a formação da sociedade brasileira marcada pela resistência da classe dominante em incorporar a população, temendo a participação das massas nas decisões políticas:

[...] a classe dominante, não podendo se impor racionalmente, precisa recorrer a mecanismos de coerção, combinados com iniciativas de

² Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo Decreto 6.096/2007 (BRASIL, 2007) com o objetivo de criar condições para o aumento de vagas e a permanência dos estudantes na educação superior nas instituições federais.

³ O Programa Universidade para Todos (Prouni) (BRASIL, 2005) oferece bolsas de estudo, integrais ou parciais, para frequência a cursos de nível superior em instituições privadas mediante contrapartida de isenção de tributos às instituições que aderem ao programa.

⁴ O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) (BRASIL, 2001), financia cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas, devendo esses cursos terem avaliações positivas nos processos nacionais de avaliação.

persuasão que envolvem o uso maciço dos meios de comunicação e a investida no campo da educação escolar, tratada como mercadoria e transformada em instrumento de doutrinação. (HERMIDA e LIRA 2018, p. 781).

Experenciamos uma época que Saviani nomeia como “suicídio democrático” onde as próprias instituições ditas democráticas golpeiam o Estado Democrático de Direito pela ação articulada da grande mídia, do Parlamento e do Judiciário, que, pelo golpe, se apossaram do Executivo.

Assim, os rumos das políticas públicas em educação ficam em aberto. Caso o atual grupo permaneça no poder, segundo Saviani, Hermida e Lira (2018), estaríamos iniciando um novo período, de caráter obscurantista, na educação brasileira. Porém, se esse quadro for revertido, num curto prazo estaríamos diante de um período de predomínio do produtivismo, que, se superado, poderia culminar com o fortalecimento da educação pública como um elemento importante na luta pela superação do capitalismo e construção do socialismo.

De qualquer maneira, o horizonte se encontra nebuloso com vistas ao desenvolvimento de pesquisas em Educação afetando diretamente os estudos que envolvem a formação de professores nos cursos de Letras, em especial os ofertados pelas universidades federais. O que ocorre é que as ciências humanas têm sido consideradas como as responsáveis pela disseminação do “viés ideológico” de esquerda e culpabilizadas pelas mazelas que assolam o progresso do Brasil. Por serem classificadas como de menor valor para o desenvolvimento econômico nacional não são passíveis de receberem recursos, pois, como afirmou o atual presidente do país, Jair Messias Bolsonaro, em seu micro blog twitter⁵, a função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte:

O Ministro da Educação @abrahamWeinT estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina... (BOLSONARO, 2019).

Portanto, faz-se necessária a retomada de alguns conceitos sobre Educação pública com o propósito de compreendermos, a partir da delineada conjectura, uma formação de professores de Letras na universidade pública para o Ensino público onde a maioria dos egressos é absorvida.

⁵BOLSONARO, Jair M. Brasília. 26 de abr., de 2019. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1121713534402990081?s=20>. Acesso em 16 jul. 2019.

Formação em tempos de crise

É comum ouvirmos nos noticiários que o país está em crise. A palavra de origem grega *krísis* era utilizada pelos médicos antigos para sinalizar, que após a medicação, o doente que entrava em crise, só teria dois desfechos: a cura ou a morte. Crise significa separação, decisão, definição (Houaiss, 2019). No caso do Brasil, o doente medicado não vem a óbito, mas também não sara da doença que se torna crônica.

Iniciamos essa seção com essa metáfora para falar sobre o sistema público de educação, pois atravessamos mais um momento de mudanças e indefinições que quando concretizadas impactarão a formação de professores de Ensino Básico.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que traz as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas públicas e particulares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, foi homologada em 2017. Ela tem como objetivo garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes com base em dez competências gerais. O conceito de competência é definido na BNCC como: “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, 2017, p.8).

O documento foi criado em um esforço conjunto entre técnicos, institutos, sociedade civil, escolas, para ser um esboço de que tipo de cidadão a nação pretende ver formado em seus bancos escolares.

Com muito boa vontade, professores universitários participam dos comitês, a partir do princípio ideológico de que, estando lá, poderão fazer com que as coisas saiam melhor do que sairiam se estivessem ausentes. Mas, desse modo, acabam por referendar o modelo de implantação vertical. Tive oportunidade recente de um diálogo franco com um participante do grande comitê que está definindo a matriz de referências para a elaboração dos concursos nacionais para o magistério. A perspectiva que leva ao engajamento de professores universitários nesses processos tem sua base no fato de que tais referenciais acabarão por mostrar o perfil de professor que se deseja para o país e por isso influenciarão tanto na sua formação quanto nas práticas dos futuros docentes (GERALDI, 2015, p. 383-384).

Desde a sua elaboração até agora, durante a sua implantação, a BNCC tem levantado discussões favoráveis e contrárias, tanto dentro dos meios acadêmicos quanto políticos, sobre o papel centralizador do Estado nas decisões e na uniformização dos conteúdos. Geraldi (2015) aponta que de um lado há um grupo que preconiza que esta

estratégia política garante a qualidade pela igualdade de acesso à educação em âmbito nacional e de outro um grupo que entende a BNCC como resultado de um processo pouco democrático e vertical contrário aos verdadeiros agentes das redes de educação.

O país, mais uma vez, na urgência de superar uma crise na Educação, apresenta um “remédio” milagroso capaz de sarar todo o sistema educacional. Foi assim com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Este último criado justamente para padronizar o ensino com vista às provas de avaliação, em âmbito nacional: os exames de proficiência em Matemática e Língua portuguesa são obtidos pela Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e as de cunho internacional: PISA (*Programme for International Student Assessment* ou Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Na penúltima edição do PISA (INEP, 2016), em 2015, aplicada em 70 nações, ficamos na 63ª posição em Ciências, na 59ª em Leitura e na 66ª colocação em Matemática.

A aposta pela padronização tem como objetivo uniformizar os currículos, melhorar a qualidade da educação, reduzir custos e aumentar a produtividade como explica o pesquisador Geraldi:

O mundo se torna neoliberal, e no neoliberalismo tudo é medido segundo os lucros que produz. E para saber qual a produtividade da escola, o projeto político neoliberal na educação é a implantação de sistemas de avaliação de larga escala. Os resultados poderiam apontar aos empregadores onde se formavam os melhores (não por acaso essas avaliações começaram com os concluintes de cursos superiores). (GERALDI, 2015, p. 383).

A Educação é compreendida como uma mercadoria que está a serviço dos interesses de grupos específicos e não como projeto de desenvolvimento do povo a quem ela é destinada. Nesse sentido, se distancia da concepção pública e de bem comum e se aproxima da esfera privada. Como explica Carvalho (2008, p. 442), “à medida que se concebem o valor e a qualidade da educação com base em seu alegado impacto econômico na vida privada do indivíduo, perde-se seu significado ético-político, ou seja, seu sentido público”.

A BNCC é um documento que nasce em um contexto político ideológico privado marcado por uma égide neoliberalista.

Como ocorrera com os PCN, assim que aprovada a BNCC, surgirão os programas “BNCC em ação” para tentar chegar ao chão da escola, copiando o programa “PCN em ação”. Provavelmente os assessores e consultores, dos centros universitários e das Organizações Não

Governamentais (ONG) e Organizações Sociais (OS), já estão com os projetos elaborados para apresentar assim que saírem os novos editais, sugeridos por eles mesmos. (GIRALDI, 2015, p.384).

Dentro deste contexto começa uma corrida para a materialização da BNCC nas salas de aulas. Um alvoroçado mercado de empresas e consultorias de grupos universitários lucrando com projetos, apostilas, softwares, programas inovadores e modernizantes para capacitação dos profissionais em serviço: tudo isso para poder elevar os índices dos estudantes nos exames e apaziguar o setor financeiro.

No que tange à formação inicial docente nos cursos de Letras para o uso das tecnologias, a BNCC organiza o trabalho a partir de eixos que cobrem todas as práticas de linguagem. Inserindo-se no eixo 5, práticas culturais das tecnologias de informação e comunicação, ao abordar os gêneros textuais que o compreendem está particularmente a produção de vídeos, que é colocado no mesmo patamar de outros gêneros praticados por professores e por estudantes, desconsiderando os recursos necessários dentro das escolas e a especialização dos professores. O tratamento dado ao uso das tecnologias, preconizado no documento, se apresenta descompassado com a realidade escolar, com os programas de formação de professores para uso das TDIC e seu uso nas práticas sociais.

Os professores de língua portuguesa se produzem vídeos, produzem-nos como amadores. Está longe de sua formação desenvolver capacidades exigidas para a produção efetiva de vídeos além daqueles que encontramos nas redes sociais e que estão sendo feitos sem que qualquer ensino sobre como fazê-los tenha se dado no sistema escolar. (GERALDI, 2015, p. 387).

A partir da construção deste cenário, algumas questões que emergem e que perpassam a formação inicial de professores vêm à tona: como conseguir homogeneizar os resultados de aprendizagem desconsiderando a diversidade cultural do país em aspectos sociais, étnicos raciais e de gênero e a sua enorme desigualdade social? O que há de público na Educação quando considera interesses privados em detrimento dos interesses do público? Em relação à formação inicial nos cursos de Letras nas universidades públicas e o que preconiza a BNCC: a descontinuidade no trabalho desenvolvido para o cumprimento de normativas salvacionistas talvez não seja exatamente o que leva a ineficácia dos resultados⁶?

Produzir documentos oficiais, em lugar do convívio real com a escola para fazer uma mudança emergir de cima para baixo, segundo Geraldi (2015) é se arvorar em

⁶ Estas questões integram o processo reflexivo sobre o fenômeno em tela, mas não se consubstanciam como questões de pesquisa do presente estudo.

profetizar o que será o mundo futuro. Em outra instância, seguindo os caminhos da futurologia: até que ponto a uniformização do ensino não levará a mais desvalorização da carreira docente e desemprego, haja vista que qualquer pessoa capacitada e bem treinada poderá transmitir os conteúdos de norte a sul do país a partir de um manual?

São algumas inquietações que devem ser respondidas ao longo da implantação da BNCC e das pesquisas que avultarão nesse campo, quando da elaboração e da efetiva implementação do projeto político pedagógico dos cursos de Letras, consonantes com as demandas recomendadas pelos documentos oficiais.

Para não dizer que não falei das flores

Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição. (VANDRÉ, 1968)

O Brasil tem uma democracia muito jovem e ainda carrega consigo esse ranço colonialista e de submissão. Primeiro pelos 338 anos de escravização (1550-1888) que é uma marca indelével na construção da nação, da identidade desse país pelo racismo estrutural⁷ que constituiu todas as relações sociais deste país. Quando começava a engatinhar nas vias democráticas, 76 anos depois, por meio de um golpe militar a 31 de março de 1964 e um regime de ditadura que durou até 1985, volta-se à submissão, o medo e a repressão, mas agora das pessoas livres.

Após a reabertura do congresso até então temos 34 anos de democracia e me questiono se realmente experimentamos liberdade. Segundo Hannah Arendt (2003, p.59), a liberdade tem como *locus* o espaço público, o homem somente é considerado um ser livre se está de fato inserido na esfera pública, no mundo onde pode ser “visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (ARENDR, 2003, p. 59). Sabemos que a maior parte dos brasileiros só está efetivamente inserida na esfera pública quando o assunto é o voto.

⁷ Segundo, (BERSANI, 2017, p.381), um sistema de opressão cuja ação transcende a mera formatação das instituições, eis que perpassa desde a apreensão estética até todo e qualquer espaço nos âmbitos público e privado, haja vista ser estruturante das relações sociais e, portanto, estar na configuração da sociedade, sendo por ela naturalizado.

Nesse sentido, os cursos de formação inicial de professores de Letras nas universidades públicas do estado de São Paulo precisam, além de superar problemas antigos como academicismo e tecnicismo que vem sendo a tônica dos documentos oficiais, dar um passo muito importante rumo à construção da autonomia e da criação.

Entendemos que a profissão docente tem como base o conhecimento e a pesquisa e, como apregou Freire (2002, p. 14), “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Cercear suas possibilidades de efetivação, nesse contexto, significa suprimir sua essência, destituir-lhe seu maior potencial que é o desenvolvimento social e humano e o próprio ato de pensar e criar.

Candau (1996) já nos fala da necessidade de se repensar a formação inicial e continuada, em uma importante perspectiva direcionada a um ensino de qualidade e de uma escola que vise à formação cidadã. Desta maneira, os cursos de Letras precisam estar em consonância não apenas com os conteúdos teóricos que todo profissional deve saber para exercer sua profissão, mas pensar o graduando como cidadão participante, inserido e atuante tanto dentro da universidade, quanto em seu *locus* de atuação.

Tem sido uma das falhas dentro cursos de formação inicial não observar a formação na dimensão cidadã, voltada para o chão da escola, tratando dos desafios e possibilidades da carreira dos futuros licenciados. Verificamos isso a partir da análise feita das ementas dos currículos das licenciaturas em Língua portuguesa do Brasil (2008-2009) feita por Gatti,

As disciplinas da categoria “conhecimentos relativos aos sistemas educacionais” registram percentuais inexpressivos de presença em todas as licenciaturas analisadas. Quando se desagrega esta categoria, nota-se que a maior parte das matérias aloca-se em “Estrutura e funcionamento do ensino”, ficando aspectos ligados a “Currículo”, “Gestão escolar” e “Ofício docente” com percentuais irrisórios. (GATTI, 2010, p. 1374).

Ter autonomia para ensinar e aprender passa por conhecer a sua profissão, perceber-se como grupo ou categoria profissional e compreender a estrutura escolar para poder agir politicamente, como cidadão sobre essa estrutura. Quase nada disto é discutido nos cursos de licenciaturas. Candau (1996) aponta que é possível detectar um movimento de volta a uma análise das questões da formação de professores quase sem nenhuma referência a contextos mais amplos sociais, culturais, políticos e ideológicos no qual se situam.

Continua sendo um desafio, no contexto dos cursos de licenciatura, desenhar um currículo formativo, que contemple, de forma equilibrada e coesa, as dimensões política, ética, humana, estética, técnica e cultural. E, ainda, que prepare o futuro professor para o exercício da docência em contextos favorecidos, ou não, visando a atender à diversidade de necessidades de todos os alunos e, assim, promover uma educação inclusiva. (GATTI, 2019, p. 177).

Anos se passam e os obstáculos persistem para os cursos de formação inicial em Letras, entre eles: equilibrar o currículo no atendimento de tantos aspectos formativos. Persistindo a carga irrisória para discutir as demandas que envolvem a carreira e o sistema educacional se torna mais difícil ainda o fortalecimento dos profissionais para lutarem pelo controle e autonomia em sua profissão.

Atravessamos um momento em que os profissionais da educação devem estar coesos para resistir ao desmonte que está em curso; para isso se faz necessário que cada docente tenha muito nítido seu papel de suma importância na organização social do país e na defesa dos princípios e objetivos fundamentais apresentados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Passamos por um momento crítico para a Educação, onde os cursos de humanas e as universidades públicas têm sido constantemente atacados. Muito pelas questões de viés ideológico (CARVALHO, 2008), mas também pelo seu valor como contribuição social, que é entendida neste período pelo retorno financeiro proporcionado à sociedade. Assim, a substituição do sentido público e político da formação por seu valor de mercado.

Os cursos de formação inicial de professores de Letras fazem parte de uma área estratégica, pois em tempos de valorização técnica e produtivista, as competências orais, escritoras e leitoras estão no centro dos debates, o seu domínio estimula, desta maneira, o ensino da norma padrão, e uma menor ênfase nas práticas sociais de uso da língua.

Sucedo, então, com a atual experiência escolar, aquilo que Arendt afirmava ser característico da relação da sociedade moderna com os objetos culturais, mais especificamente com as obras de arte: elas deixam de ser objetos de culto, dotados de um sentido público, para serem concebidos como objetos portadores de um valor de distinção. (CARVALHO, 2008, p. 422).

Tal concepção visa homogeneizar os currículos, facilitando classificação dos estudantes por seu nível de proficiência que são medidos e normatizados pelo mais recente documento oficial: a BNCC.

Muitas críticas são feitas a BNCC, por desconsiderar a diversidade de sujeitos que a Educação atende uniformizando o currículo e retirando a autonomia dos professores

para a criação de propostas alinhadas às experiências do grupo que atende. Por outro lado, essa unificação facilita a elaboração de exames de caráter nacional, possibilitando uma classificação dos estudantes a partir de um mesmo eixo.

Ao moldar o tipo de cidadão que o país pretende formar no Ensino Básico, também vislumbramos nesse documento um projeto de país se delineando. Um país que segue uma agenda internacional, neoliberal a serviço do capitalismo.

As políticas educacionais que visam emancipar o cidadão e implantar o Estado mínimo tem seus olhos voltados às áreas técnicas e ao setor produtivo colocando em xeque as pesquisas e todo cabedal de estudos desenvolvidos pelas ciências humanas.

Essa desvalorização da carreira docente está entre um dos motivos que leva graduandos a desistirem dos cursos de licenciatura e aos que terminam não seguirem a carreira de magistério. As adversidades da profissão, os salários defasados, a insalubridade são fatores que afastam muitos bons profissionais da sala de aula, principalmente por se sentirem impotentes para reverter esse quadro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, o fortalecimento da carreira está em um olhar menos tecnicista da profissão e mais humanizador. A aproximação dos graduandos de demandas essenciais relativas ao sistema e estrutura educacionais são de fundamental importância para que se possa reverter a falta de controle que o docente tem da carreira de magistério e na construção de um caminho para se chegar à autonomia e à liberdade que tanto buscamos, e esse também é um papel que precisa ser feito nos cursos de formação inicial para além de apresentar conteúdos. Como adverte Freire:

O educador que ensinando geografia, “castra” a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Não forma, domestica (FREIRE, 2002, p.24).

No entanto, existem vários outros desafios além destes pelos quais os cursos de formação inicial de professores de Letras precisam enfrentar, na perspectiva de atender a uma demanda de estudantes que já chegam às universidades públicas moldados a partir do sistema anterior.

A descontinuidade, a desconstrução e a formação a toque de caixa para atender às novas demandas oficiais talvez seja uma das razões que leva ao baixo aproveitamento dos estudantes da Educação Básica. Se esses documentos nos pedem para formar para a cidadania essa já deveria começar dentro das próprias universidades. Infelizmente, ainda

não sabemos realmente o que é ser cidadão e atuar efetivamente na esfera pública da qual fazemos parte, mas isso também pertence a um processo de construção e formação que deve se iniciar pela análise crítica de todos esses materiais e documentos que nos chegam às mãos sob a promessa de transformar e revolucionar o ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ARENDT, H. A condição Humana. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

BERSANI, H. Racismo estrutural e o direito à educação. Educação em Perspectiva, v. 8, n. 3, p. 380-397, 12 dez. 2017.

CANDAU, V. M. F. Formação Continuada de Professores: tendências atuais. In: (Reali, Aline Maria M. R. Mizukami, Maria da Graça N. Orgs). Formação de Professores: tendências atuais. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

CARVALHO, J. S. F. de. O declínio do sentido público da educação. Revista brasileira de Estudos pedagógicos, Brasília, v. 89, n. 223, p. 411-424, set./dez. 2008. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/683>. Acesso em: 16 jul. 2019.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paulo Freire, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GATTI, B. A. et al. Professores do Brasil: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/05/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

GATTI, B. A. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. Revista Diálogo Educacional, vol. 17, núm. 53, 2017, pp. 721-737. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Paraná, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1891/189154956002.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2019

GATTI, B. A. Formação De Professores No Brasil: Características e Problemas. Educação & Sociedade, vol. 31, núm. 113, outubro-diciembre, 2010, pp. 1355-1379 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/873/87315816016.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

GERALDI, J. W. O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular. Revista Retratos da Escola. Brasília, v. 9, n. 17, p. 381-396, jul./dez., 2015. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/587/661>>. Acesso em: 16 Jul. 2019.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2000.

HERMIDA, J. F.; LIRA, J.S. Políticas educacionais em tempos de golpe: entrevista com Dermeval Saviani. Educ. Soc., Campinas, v. 39, n.144, p. 779-794, set. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101>. Acesso em 16 jul. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). Sinopse Estatística da Educação Superior 2017. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

CUNHA, Shirlei Alexandra da. Formação Inicial em Letras nas universidades públicas do Estado de São Paulo para o uso das TDIC: humanizando ou instrumentalizando? Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2020. Disponível em: <<http://www.ppg.educacao.sites.unifesp.br/images/dissertacoes/2020/08.-Shirlei-Alexandra-da-Cunha.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2020.